

Dívida interna cresce 246% em 12 meses e já é de 52,52 trilhões

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Banco Central informou ontem que o saldo da dívida pública da União atingiu, ao final de julho, Cr\$ 52,52 trilhões, com crescimento de 106,48% no ano e de 246,05% nos últimos 12 meses. Assim, o endividamento interno do Tesouro cresceu bem acima da inflação de janeiro a julho de 93,7% e anual de 217,9% e ainda da correção monetária nos respectivos períodos de 89% e 191,5%.

Os dados do Banco Central indicam que 51,2% dos papéis emitidos pelo Tesouro estavam fora das autoridades monetárias. Por isso, o Banco Central considerou de Cr\$ 26,89 trilhões a dívida pública efetiva, em julho, com expansão de 182,46% em relação aos Cr\$ 9,52 trilhões registrados em dezembro de 1983, segundo esclareceu o presidente do BC, Afonso Celso Pastore.

A colocação líquida de Cr\$ 1,3 trilhão em julho de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional com prazo de vencimento de dois anos (OR monetárias) contribuiu para aumentar o volume de papéis da União, em circulação, com pressão expansionista sobre o déficit público operacional e nominal.

Com expansão de 61,1% sobre os Cr\$ 15,91 trilhões existentes em dezembro último, o Banco Central detinha em carteira, ao final do mês passado, Cr\$ 25,63 trilhões do total de Cr\$ 52,52 trilhões de títulos emitidos pela União. Mesmo com a desova de julho, a carteira existente ainda dá grande margem para o Banco Central programar novos leilões informais de papéis do Tesouro.

A exemplo das empresas nacionais e até das pessoas físicas, o Tesouro também se afunda na dívida

interna. No acumulado histórico, desde o início efetivo do endividamento público para financiar os gastos da União — em junho de 1965, a dívida pública contribuiu com apenas Cr\$ 5,07 trilhões para a contração da base monetária, conceito de emissão primária de moeda, até o final de julho.

As estatísticas do Banco Central mostram que o Tesouro paga caro pela indexação da economia. Até 1974, a emissão primária de moeda representava "mais da metade das fontes de financiamento consideradas para financiamento do déficit do setor público federal". Em junho, a participação da base monetária na cobertura do déficit da União caiu para 23,4%. Além da dívida pública, o Banco Central também passou a dispor de Cr\$ 23,33 trilhões de depósitos em moeda estrangeira para cobrir o déficit real do Tesouro.



Arquivo

Pastore: a efetiva é menor